

Ecos da visita presidencial a Londres

Rubens Antonio
Barbosa *

Teve grande repercussão na mídia econômica e junto ao empresariado do Reino Unido (e, também no Brasil) a visita que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez a Londres, no último dia 10, para participar da conferência "Link into Latin America". O evento foi promovido pelo governo britânico com o objetivo de

chamar a atenção do setor privado para o crescente potencial da nossa região. O presidente avisou-se com o primeiro-ministro John Major, com o líder trabalhista Tony Blair e com dirigentes de grandes empresas britânicas que já atuam no Brasil. Ampla cobertura na mídia, com entrevistas exclusivas publicadas pelo Financial Times, Times e em horário nobre na CNN e na BBC para todo o mundo.

Em seu discurso na conferência, o presidente ressaltou a revolução silenciosa propiciada pelas transformações políticas e econômicas na América Latina, registrou as profundas mudanças em curso no Brasil, especialmente desde o lançamento do Real, o consenso democrático que sustenta

tal evolução e as implicações dos avanços que empreendemos para nossa inserção na economia internacional. Todos são argumentos favoráveis ao aumento da confiança, da credibilidade e do interesse pelo Brasil.

Merecem especial atenção algumas passagens do discurso, nas quais o presidente Cardoso, referindo-se à projeção externa do Brasil no seu entorno geográfico, ressaltou de maneira clara nossos principais interesses

**FHC em Londres:
uma revolução
silenciosa
está mudando
a América
Latina**

no processo de integração regional:

- "a organização de um novo espaço sul-americano é uma das prioridades da política externa brasileira";

- "a construção de um modelo aberto de integração regional é plenamente compatível com o interesse do Brasil em reforçar o sistema multilateral de comércio e a OMC";

- "o Mercosul é a plataforma a partir da qual já estamos trabalhando para a construção da zona de livre comércio que abrangerá o conjunto das Américas. Trata-se de processo necessariamente gradual, que deverá passar pela conformação de um espaço integrado na América do Sul a caminho da articulação hemisférica";

- "o processo de integração regional nas Américas

de nenhuma forma implica diminuição da prioridade que atribuímos à manutenção de relações com todas as áreas do mundo; como um "global trader", temos interesse em manter abertas todas as nossas opções econômico-comerciais externas".

Analisando os números de nossa balança comercial nos últimos sete anos, verifica-se que os nossos principais mercados externos, a Europa e os Estados Unidos, estão perdendo peso relativo no cômputo geral das exportações. A única área de crescimento dinâmico de nossas exportações, acima da taxa de crescimento do comércio mundial, nesse mesmo período, é a América Latina. Região, aliás, que concentra grande parte da importação de produtos manufaturados brasileiros (mais de 80% da nossa pauta exportadora para a região).

Justifica-se, assim, do ponto de vista do comércio exterior, o interesse, que deve ser do governo e do setor privado, refletido no pronunciamento presidencial, em concentrar nossos esforços, neste momento, na consolidação e aprofundamento



do Mercosul e nos entendimentos com os demais países da América do Sul. Os resultados estão sendo mutuamente vantajosos.

O comportamento da balança

comercial brasileira, nos dois últimos anos, revela um quadro em que o modesto crescimento das exportações não consegue acompanhar o aumento das importações. Para as exportações voltarem a crescer nos mercados europeu e americano, necessitaremos diversificar nossa pauta, aumentar nossa competitividade, encontrar nichos de mercado, implementar as medidas já anunciadas e, entre outras ações, reduzir o custo Brasil.

Em 1996, o governo adotou importantes medidas que deverão impulsionar nossas vendas para o exterior: ampliação dos mecanismos de financiamento, seguro de crédito, eliminação do ICMS incidente sobre alguns produtos exportados e outras reduções do custo Brasil, além de identificação de setores prioritários. O efeito de tais medidas, e outras que deverão vir, não é, porém, imediato. Assim, o panorama não de-

verá alterar-se profundamente no curto prazo, a menos que as exportações de produtos agrícolas e minerais aumentem significativamente e os preços internacionais ajudem, como é o caso agora do café.

Não mudarão da noite para o dia, por exemplo, a baixa diversificação da pauta (15 produtos respondem por 90% do total exportado) e a alta concentração por empresa (510 empresas, de um total de 13 mil), foram

responsáveis, em 1995, por 70% das vendas ao exterior).

O desempenho das exportações brasileiras indica a presença de condicionantes que, insisto, deverão evoluir apenas gradualmente. Essa perspectiva justifica a opção pelo gradualismo nas negociações do processo de integração hemisférica. Não se trata, de modo algum, de pôr em causa a construção irreversível de uma economia aberta, modelo essencial para a modernização do nosso parque produtivo, para o aumento de nossa competitividade, para a consolidação da estabilidade dos preços e para o atendimento das demandas de um consumidor brasileiro cada vez mais exigente na cobrança da justa correlação entre valor e qualidade. Trata-se, is-

to sim, de permitir que nossas empresas tenham tempo de completar as transformações impostas pela abertura a partir do início da década e viabilizadas pelo controle da inflação.

Tal como manifestada no discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, a prudência do governo brasileiro não reflete atitude defensiva e muito menos a intenção de "frear" a intensificação de nossas relações econômicas internacionais,

**O governo
não pretende
frear nossas
relações
econômicas
internacionais**

conforme ficou claro na proposta realista apresentada pelo Brasil em Florianópolis no tocante aos próximos pas-

os da Alca. O presidente aponta a necessidade de avançarmos com passos seguros, passos compatíveis com nossas reais possibilidades e com a dimensão dos desafios que temos pela frente. O ritmo das transformações e da abertura tem de ser negociado.

É fundamental que o setor privado tenha presente essa realidade, novamente enfatizada durante a rápida visita presidencial a Londres, para que a sociedade brasileira perceba com clareza nossos interesses nas negociações sobre a Alca e com a União Européia. ■

* Embaixador do Brasil em Londres.